

Aprovado o orçamento para 91

BRASÍLIA — O Congresso aprovou ontem, por acordo de liderança, o projeto de lei orçamentária para 1991 que estima as receitas e fixa as despesas em Cr\$ 52,6 trilhões a preços médios de 1991, e o projeto que dispõe sobre o plano plurianual 1991/1995. Os dois projetos só foram à votação depois que as lideranças concordaram em destinar Cr\$ 392 bilhões, a preços médios de 1991, para os setores da educação, saúde e reforma agrária — uma exigência da bancada do PT. A bancada petista conseguiu ainda reduzir o montante de recursos orçamentários destinados a alguns municípios nordestinos, como Arraial da Ajuda, em Porto Seguro (BA) e São Luís, capital do Maranhão.

A proposta orçamentária do governo estimava as receitas e fixava as despesas em Cr\$ 8,6 trilhões a preços de maio. A Comissão Mista de Orçamento decidiu acrescentar mais Cr\$ 750 bilhões por considerar que a receita estava subestimada. A preços de maio, o parecer do deputado João Alves (PFL-BA) estimou as receitas e fixou as despesas em Cr\$ 9,4 trilhões. Como a comissão fez uma estimativa de infla-

ção de 460% no período maio de 1990 a dezembro de 1991, os valores do orçamento ficaram em Cr\$ 52,6 trilhões a preços médios de 1991.

Segundo o relator do projeto, deputado João Alves, o governo subestimou em muito as suas receitas. O relator que tratou especificamente das receitas, deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), argumentou que a estimativa do governo não poderia ser diferente porque foi feita em maio. Depois de enviar a proposta orçamentária ao Congresso, o governo aumentou a alíquota do Finsocial sobre a folha de pagamento das empresas, com estimativa de ganho de mais Cr\$ 296 bilhões a preços de maio. Em agosto, o governo aplicou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de curto prazo, que o relator considerou como mais Cr\$ 225 bilhões para a receita da União. Outro item que pesou foi o aumento de 9.073% do Imposto Territorial Rural (ITR). Em maio, o governo estimou os recursos do Tesouro depositados no Banco Central em Cr\$ 27 bilhões. Em novembro, o total desses recursos era

de Cr\$ 1,3 trilhão, resultado das altas taxas de juros.

TRAÍÇÃO

O relator do projeto orçamentário, deputado João Alves, sentiu-se traído pelo fato de as lideranças do PMDB e PFL terem negociado com o PT uma fatia da reestimativa de receita (dos Cr\$ 750 bilhões). “Não fui consultado por ninguém”, queixou-se, no plenário, o deputado baiano. O acordo foi feito para evitar que a liderança do PT obstruísse a sessão do Congresso com um pedido de verificação de quórum. Como não havia quórum suficiente para votação (248 deputados e 38 senadores), toda a pauta deveria ser aprovada por acordo de liderança. Mesmo assim, a sessão foi confusa porque apenas alguns deputados tinham acesso ao relatório que continha as emendas aprovadas pelo deputado João Alves. Só havia uma cópia do relatório, ao lado do plenário, manipulada por assessores da Comissão Mista de Orçamento. Das cerca de 15 mil emendas apresentadas pelos parlamentares (inclusive relatores parciais), 7.500 foram aprovadas, num valor estimado em Cr\$ 100 bilhões a preços de maio.